



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – C N A
Filiada na Coordenadora Agrícola Europeia, CPE (BRUXELAS)

À Comunicação Social :

CONTINUAM A SER POUCO ANIMADORES OS ACORDOS DE BRUXELAS SOBRE ORÇAMENTO DA UE

A recente Cimeira (Bruxelas) da União Europeia aprovou as linhas gerais do(s) Orçamento(s) da UE para o período de 2007 a 2013.

E, tal como já se tem visto em idênticas circunstâncias, os governantes logo apregoaram as costumadas “vitórias morais” para consumo interno. Se recorrermos à gíria desportiva, pode dizer-se que, em vez de perderem por 5 a 0 – como previam os prognósticos – os governantes acabaram por perder “apenas” por 5 a 1 neste “jogo orçamental” europeu e, para eles, isso já constitui uma “vitória”...

Na verdade, os acordos sobre o Orçamento da UE, para o período de 2007 a 2013, são pouco animadores, por insatisfatórios, para Portugal e para os Agricultores Portugueses.

Numa primeira análise, constata-se :

* Em primeiro lugar, baixam em cerca de 2.500 milhões de Euros as dotações totais, agora definidas para Portugal, em relação às dotações que nos tinham sido atribuídas para o período de 2001 a 2007.

* Os acordos finais, com cerca de 22.500 milhões de Euros para Portugal, baixaram mesmo em 10% o total das verbas *antes* propostas pela Comissão Europeia para Portugal.

* Mantém-se uma distribuição desequilibrada pelos grandes programas:- transferências para Desenvolvimento Rural e Pescas com, apenas, 2.143 euros = 10% do total, a que depois se juntam os Fundos Estruturais com 16. 448 milhões de euros = 77% do total; o Fundo de Coesão tem 2.735 milhões = 13% do total.

Entretanto, a abertura dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão até aos valores **totais** de candidaturas com componente/parceria **privada**, faz desde já antever uma **ainda maior** injustiça social na respectiva atribuição, para grandes projectos.

GOVERNO PORTUGUÊS DEVE UTILIZAR MELHOR OS FUNDOS E A MARGEM DE MANOBRA QUE TEM PERANTE A UE

A nossa experiência mostra também como estes (maus) acordos globais, afinal ainda acabam por piorar quando levados à prática pelos sucessivos Governos Portugueses.

Como resultado, e para além dos prejuízos e contratempos causados directamente aos Agricultores e à Lavoura, o Estado Português tem assim desaproveitado muito dinheiro “europeu”.

No contexto, e para já, as melhores notícias (ainda que relativas) que os actuais acordos comportam, são:

*- Uma verba “adicional” de 320 milhões de euros para o desenvolvimento rural, esta sem necessidade de comparticipação nacional.

* - O aumento de 80% para 85% da taxa máxima na comparticipação da União Europeia nos projectos nacionais – o que significa a possibilidade de menos 5% do Estado Português - e com o prazo de utilização a passar de dois para três anos após cabimentação orçamental (anual).

*- A inclusão do IVA até agora não dedutível, nas despesas com co-financiamento comunitário, em especial em projectos da Administração Central e das Autarquias.

*- Algumas vantagens comparativas para as regiões ultra-periféricas (Açores)

...

Tendo até em conta que, em Portugal, está em fase inicial de discussão o novo PNDR, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, a CNA propõe, e desde já reclama, que o Estado Português aproveite melhor os fundos e a margem de manobra que tem perante a União Europeia.

De forma a que os fundos públicos destinados à Agricultura e Desenvolvimento Rural, para 2007 – 2013, privilegiem as explorações agrícolas familiares e quem mais e melhor trabalha a terra.

Reclama-se uma distribuição desses fundos com maior justiça económica e social, de forma a também deixar de “meter no bolso” dos grandes proprietários absentistas e da grande agro-indústria a maior parte do dinheiro público, afinal do dinheiro de todos nós.

Coimbra, 20 de Dezembro de 2005

A Direcção Nacional da C N A.